

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais

Não se luta de “barriga vazia”: a fome como “questão social” e a experiência dos Agentes Populares de Alimentação na cidade de São Paulo

Resumo:

O presente artigo é produto de pesquisa coletiva em andamento que visa sistematizar experiências de luta contra a fome nas periferias brasileiras e seus impactos na elaboração e execução de políticas sociais de segurança alimentar. Nesse sentido, apresentamos a primeira sistematização da experiência dos Agentes Populares de Alimentação na cidade de São Paulo. Sumariamente, trata-se de uma ação integrada de movimentos populares da cidade e do campo que, a partir do protagonismo das classes subalternas, constroem cozinhas, redes de abastecimento e cursos populares de alimentação nas periferias. Além da sistematização de experiências, apresentamos uma análise teórico-política do problema da fome na formação social brasileira e as atuais tendências das políticas públicas de segurança alimentar no Brasil.

Palavras-chave: Fome. Movimentos Sociais. Políticas Sociais.

We can't fight on an “empty stomach”: hunger as a “social issue” and the experience of Popular Agents of Food in the city of São Paulo

Abstract:

This article is the product of ongoing collective research that aims to systematize experiences in the fight against hunger in Brazilian outskirts and their impacts on the development and implementation of social food security policies. In this sense, we present the first systematization of the experience of Popular Agents of Food in the city of São Paulo. In short, it is an integrated action of popular movements from the city and the countryside that, based on the protagonism of the subaltern classes, build kitchens, supply networks and popular food courses in the outskirts. In addition to systematizing experiences, we present a theoretical-political analysis of the problem of hunger in Brazilian social formation and current trends in public food security policies in Brazil.

Keywords: Hunger. Social Movements. Social Politics.

Introdução

Em 2024, por meio da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), o IBGE voltou a mensurar a situação de insegurança alimentar nos domicílios brasileiros. A última mensuração sobre a questão foi a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018. Concomitantemente ao desmonte dos indicadores sociais de políticas públicas, o governo Bolsonaro extinguiu o CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e desarticulou o SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e foram desidratados todos os programas voltados para a segurança Alimentar.

Tais direcionamentos representaram a direção do “butim ultraliberal” (Costa Pinto, 2019) ou ultraneoliberal (Behring, 2021) na formulação, execução e avaliação das políticas públicas em consonância com o padrão de acumulação predominantemente financeiro após o golpe de 2016. Sintetizando, em nome do ajuste fiscal radical (PEC 55/2016), avançou o desmonte das redes,

ainda que insuficientes, de proteção social no campo da seguridade social, educação, segurança alimentar, etc.

A crise sanitária por conta da pandemia de COVID-19, acelerou os efeitos da crise sistêmica do capitalismo (Chesnais, 2016). No Brasil, essa crise tem como uma das principais consequências o avanço da insegurança alimentar nos lares brasileiros. Segundo o POF 2017-2018, cerca de 27,3 milhões dos domicílios brasileiros estavam convivendo com algum grau de insegurança alimentar.

A situação calamitosa, intensificada ao longo da pandemia, causou a reação de diversos setores da sociedade civil. Dada a natureza conflituosa e contraditória da sociedade civil, nos termos gramscianos, a fome também foi uma arena de disputas sociais e políticas sobre o seu significado. Para o campo social-liberal, capitaneado por um conjunto de ONG's, *Think Tanks* e organizações empresariais, o aumento da fome é produto das circunstâncias da pandemia e, principalmente, do desperdício na esfera da circulação de mercadorias. Sua solução se centrava em ações assistenciais e no combate ao desperdício.

Por sua vez, movimentos populares do campo e da cidade¹ desenvolveram uma perspectiva própria de ação e reflexão sobre o problema da fome. A construção de cozinhas populares e agentes populares de alimentação é produto dessa práxis acumulada desde a pandemia. Segundo a PNAD contínua de 2024, a epidemia de insegurança alimentar no Brasil foi atenuada. A reconstrução de parte da rede pública de segurança alimentar, a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e de programas sociais de transferência monetária e a valorização do salário mínimo, previstos no orçamento da PEC de transição para 2023 são alguns elementos que explicam essa melhora.

Contudo, cabe sublinhar, que todas essas iniciativas se reconstroem em parâmetros orçamentários ainda baixos e aquém das necessidades gerais. O presente artigo, a partir da experiência militante dos pesquisadores na organização dos “Agentes Populares de Alimentação” na cidade de São Paulo, versa por apresentar uma breve análise das políticas sociais contemporâneas de segurança alimentar no Brasil e seus elos com os movimentos populares.

A fome como expressão da “questão social”

¹ Cabe destacar que, a partir da pandemia, diversos movimentos populares, como o MST, MTST e o MPA, acumularam experiências de trabalhos sócio-comunitários em periferias por meio de cozinhas, lavanderias, hortas e redes de abastecimento de alimentos.

Desde a década de 1980, no âmbito das ciências sociais, principalmente nos países centrais, os debates sobre a “questão social” são constantemente revisitados. Diante do crescimento das desigualdades, aumento dos fluxos migratórios e racismos, para alguns autores do norte global, como Rosanvallon e Castel, a partir do desmonte do Estado de bem-estar social emergiria uma “nova questão social”. Sumariamente, mesmo com interpretações e posições diferentes, esses autores corroboram que o aumento do desemprego e a crise da “sociedade salarial” impulsionam novas formas de pobreza e de “questão social”.

Conforme critica Mota (2012), essas apreensões se afastam da relação entre o processo de pauperização relativa dos trabalhadores e o de acumulação capitalista. Desse modo, o tratamento da questão social se reduz às expressões da pobreza e se torna compatível com as novas exigências do capitalismo do século XXI, ao considerar que reduzir a pobreza é enfrentar a desigualdade, sem reformas universalizantes e com políticas focais.

Autores do Serviço Social brasileiro como Neto (2001) e Yamamoto (2007) compreendem a existência de novas expressões da questão social, contudo seus fundamentos ainda se estruturam na politização das desigualdades, produzidas pela lei geral da acumulação capitalista, a atuação social e política das classes subalternas e as metamorfoses da mediação estatal.

Ademais, cabe salientar que o caráter universalizante das leis gerais da acumulação capitalista (concentração, centralização e aumento da composição orgânica dos capitais) se expressam concretamente por meio das particularidades históricas de cada formação social. No caso brasileiro, sustentamos que, ao lado da precariedade estrutural do mercado de trabalho, a fome é uma expressão dorsal para compreender as particularidades do desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil. Conforme salienta Teixeira (2022), é o par dialético do processo de mercantilização do alimento e reprodução ampliada do capitalismo dependente brasileiro.

Vale destacar que o processo de modernização do latifúndio colonial e suas bases escravistas, monocultoras e patriarcais se desenvolve sem rupturas sócio-políticas ao longo da história brasileira. Sua modernização está intimamente associada ao processo de transformações do capitalismo e do sistema imperialista após 1945. Segundo Teixeira (2022), a “revolução verde” foi impulsionada pelo desenvolvimento técnico produtivo alcançado na 2ª Guerra Mundial e na Guerra Fria, ademais à tendência a supercapitalização de capitais no

tardo-capitalismo radicalizou o processo de mercantilização da agricultura sob hegemonia do capital monopolista.

No Brasil, a modernização conservadora do latifúndio se estruturou numa unidade contraditória e complementar ao processo de industrialização periférica, principalmente após o golpe de 1964. O Brasil foi um grande importador de maquinários e produtos químicos dos países imperialistas, ao passo que o aumento da produtividade da agro-indústria impulsionou o êxodo rural e a formação da superpopulação relativa nos centros urbanos.

Desse modo, no contexto da consolidação do alimento como mercadoria, a fome se vincula umbilicalmente à estruturação da precariedade no mercado de trabalho e suas hierarquias sociais, raciais e de gênero. Nos marcos da política de arrocho salarial, cresceu a “fome oculta”, aquela pela qual se morre de fome, comendo um pouco por dia (Castro, 2007).

Desse modo, a chave explicativa da fome, como uma das principais expressões da “questão social” no Brasil, nos permite compreendê-la não como produto da escassez ou desperdício, mas como reprodução de um padrão de acumulação do capitalismo dependente. Como parte das pressões dos subalternos e tentativas de atenuação das desigualdades, o Estado capitalista brasileiro constituiu algumas políticas de atenuação da fome.

O salário mínimo, tendo como uma das suas referências o valor da cesta básica para alimentar um trabalhador por 30 dias, e a criação da Comissão Nacional de Abastecimento com o intuito de regular o preço dos grãos são alguns exemplos de políticas, criadas durante a Era Vargas, que estruturam o padrão desenvolvimentista de políticas públicas no bojo da estruturação do capitalismo monopolista dependente.

Nos marcos da constituição de 1988, em especial mediante ao avanço dos movimentos sanitaristas e de seguridade social, o combate à fome se relaciona com a promoção de um modelo de desenvolvimento que promova o bem-estar social e a universalização de direitos. No entanto, como demonstram Silva (2023) e Teixeira (2022), ao longo das décadas de 1990 e 2000, as políticas de combate à fome seguiram os padrões da assistência emergencial de seus fenômenos mais alarmantes.

O neoliberalismo, além de consolidar no país um padrão de acumulação predominantemente financeiro que radicalizou os processos de reprimarização econômica e da pauta exportadora, assim como o da financeirização, representou o avanço de uma hegemonia burguesa de privatização do ideário constitucional de seguridade social, em especial na saúde e

previdência, ao passo que expandiu a assistencialização pública e privada das expressões da “questão social”.

Nesse contexto, as políticas anti-fome se concentraram na perspectiva assistencial, dissociadas à luta contra o latifúndio, inflação, precariedade do mercado de trabalho e ao “modelo de desenvolvimento neoliberal”. Sem dúvida, os governos do PT, como enfatizam Silva (2023) e Teixeira (2022), através das políticas de valorização do salário mínimo, aumento da formalização do mercado de trabalho, ampliação do acesso aos benefícios previdências e constituição de um sistema nacional de segurança alimentar², possibilitaram melhores indicadores sociais de segurança alimentar no país.

Embora importantes, essas medidas não enfrentavam a fome como expressão da “questão social” no capitalismo dependente brasileiro. Isto é, a concentração fundiária, a monocultura e o agronegócio. Teixeira nos fornece indicativos importantes sobre essas questões na contemporaneidade ao associar o crescimento econômico e político do agronegócio ao aumento da expropriação da renda da terra, uso de agrotóxicos, a propriedade de patentes e a compra e venda de terras mediante a grandes fundos financeiros transnacionais.

Além disso, o golpe institucional de 2016³, dentre outros aspectos, representou o desmonte das políticas e do sistema nacional de segurança alimentar no país. Nos marcos dos movimentos populares, no contexto de crise social e avanço da extrema direita, existem experiências que buscam unir o desafio emergencial do combate à fome e o debate geral desse fenômeno como expressão do capitalismo contemporâneo. Uma das experiências se refere aos cursos e ações dos agentes populares de alimentação.

A experiência dos agentes populares de alimentação

Segundo os dados da PNAD Contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2020, o Brasil enfrentava um cenário alarmante com 14,8 milhões de desempregados e 6 milhões de desalentados. A combinação de desemprego e subemprego fez com que uma parcela significativa da população ficasse sem acesso a salário e renda e,

² O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a lei orgânica de segurança alimentar de 2006, a ampliação de políticas públicas como a de aquisição de alimentos (PAA), o programa nacional de alimentação escolar (PNAE) são exemplos de estruturas institucionais e políticas desse sistema.

³ Na análise de Behring(2021), o golpe de 2016 representou o avanço do “ultraneoliberalismo”.O ultraliberalismo se caracteriza pelo avanço de novas formas de expropriação da classe trabalhadora e seus direitos, privatizações e financeirização associado ao avanço do reacionarismo e neoconservadorismo neofascista que criminaliza lutas sociais, democráticas e o pensamento de esquerda.

consequentemente, sem acesso a bens e serviços essenciais para atender às necessidades sociais, intensificando a questão da fome no país

Este foi o contexto em que a pandemia de COVID-19 se deflagrou no Brasil, combinando-se com uma política negacionista conduzida pelo governo federal do ex-presidente Bolsonaro. Essa gestão paulatinamente intensificou a crise sanitária e se desresponsabilizou de suas obrigações na implementação de uma proteção social para a população. O governo federal falhou em adotar medidas eficazes para conter a pandemia e mitigar seus efeitos socioeconômicos, agravando ainda mais a situação das camadas mais vulneráveis da sociedade.

Em resposta a essa situação, em 2020, emergiram iniciativas de solidariedade promovidas por movimentos sociais e políticos. A Campanha "Periferia Viva", construída em 17 estados do Brasil, mobilizou ações como mutirões para a entrega de cestas básicas, marmitas, sopões e equipamentos de saúde e higienização. Essas iniciativas foram fundamentais para aliviar a crise imediata enfrentada pelas populações mais pauperizadas, demonstrando a importância da solidariedade de classe e da organização comunitária em tempos de emergência.

Neste contexto, surge a experiência de formação dos agentes populares de saúde, inseridos no projeto “Agentes Populares como estratégia para o desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis no contexto da pandemia de COVID-19”, realizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e a Escola Nacional Paulo Freire na cidade de São Paulo. Esses movimentos atuaram em territórios como Boqueirão, Jardim São Savério, Jardim Saúde e Heliópolis, na zona sul de São Paulo.

A partir das idas aos territórios para a entrega dos kits, surgiu a necessidade de organizar uma formação baseada nas diretrizes de combate ao vírus. O curso, estruturado pelo método de educação popular de Paulo Freire, combinou um tempo escola e o tempo comunidade, realizando-se em seis momentos com o objetivo de mapear as necessidades, orientar e cuidar contra o coronavírus, articulando esforços com o Sistema Único de Saúde e demais políticas sociais, com o protagonismo dos movimentos populares. Além de promover ações de solidariedade que atingiram mais de 1.500 pessoas dessas comunidades, o curso equipou a comunidade com conhecimentos vitais sobre saúde e fortaleceu a lógica da solidariedade de classe, criando uma rede de apoio mútuo essencial para enfrentar a crise.

Após essa experiência e o retorno à “normalidade” aparente, os territórios periféricos, ainda sob o governo Bolsonaro, enfrentaram uma verdadeira epidemia de fome e desemprego.

Em 2021, por exemplo, estima-se que mais de 2 milhões de pessoas estavam desempregadas na região metropolitana de São Paulo. A pesquisa do segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil revelou que, em 2022, cerca de 33,1 milhões de pessoas não tinham o que comer — o que representou um aumento de 14 milhões de brasileiros em situação de fome em comparação com o estudo anterior. De acordo com esses dados, mais da metade (58,7%) da população brasileira convivia com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave.

Nesse contexto de crise alimentar e econômica, os movimentos sociais e populares foram instigados a refletir e priorizar intervenções sobre a “fome” como uma expressão da “questão social”. Dessa reflexão emergiu a iniciativa dos Agentes Populares de Alimentação como uma ferramenta de formação e organização dos territórios no combate à fome.

No ano de 2023, a organização prosseguiu com a formação de agentes populares de alimentação nos bairros Jardim São Savério e Boqueirão, expandindo suas atividades para novos territórios: Jardim Pery Alto, as ocupações Anchieta e Porto Velho no Bairro do Grajaú, e Rio Pequeno, todos na cidade de São Paulo. Segundo informações disponibilizadas pela Escola Nacional Paulo Freire para a nossa pesquisa, a formação dos agentes populares de alimentação envolveu cinco turmas das periferias de São Paulo, totalizando 44 educadores e 94 educandos. Ao todo, foram impactadas diretamente 1.680 pessoas por essa iniciativa durante seis meses.

Um aspecto crucial para a organização do curso foi a integração das visões e abordagens da educação popular, que orientaram tanto as aulas quanto às demais atividades pedagógicas. Esse processo implicou o engajamento ativo e a autonomia de todos os participantes, rompendo com a concepção tradicional de que o educador é o único detentor do conhecimento e fortalecendo a solidariedade de classe nos territórios. Tendo como objetivo central capacitar agentes populares para contribuir com a mobilização e engajamento da comunidade no enfrentamento à fome, visando estabelecer as condições necessárias para a construção de cozinhas populares como instrumento concreto para combater a insegurança alimentar.

O objetivo era capacitar agentes populares para contribuir com a mobilização e engajamento da comunidade no enfrentamento à fome, visando estabelecer as condições necessárias para a construção de cozinhas populares como instrumento concreto para combater a insegurança alimentar. Inicialmente, buscou-se nos territórios espaços físicos e parcerias com organizações locais (tais como igrejas, associações de moradores e equipamentos públicos) que

pudessem sediar o curso com a estrutura necessária, incluindo mesas, cadeiras e uma cozinha. A metodologia foi delineada em três etapas: um período de debate teórico, seguido por uma fase prática e, por fim, uma ação de solidariedade.

Durante o período teórico, foram realizadas atividades dialógicas com os seguintes temas: A natureza da fome, abordando-a como um problema estrutural no Brasil e sua relação com as desigualdades sociais; Alimentação saudável, explorando não apenas a falta de alimentos, mas também o tipo de alimentos disponíveis e o acesso a eles; O conceito de cozinha popular, analisando sua teoria e metodologia, e discutindo seus propósitos e os sujeitos que ela atende; A construção prática de uma cozinha popular, capacitando os participantes para organizar e manter esse espaço, abordando temas relacionados às condições sanitárias, organizacionais e as políticas públicas pertinentes.

O período prático integrou os conteúdos no momento teórico com o fazer prático. Coletivamente, preparou-se refeições em larga escala, proporcionando uma visão prática do funcionamento de uma cozinha popular, as quais foram compartilhadas entre os participantes do curso e a comunidade local, muitas vezes por meio da distribuição de marmitas como uma ação de solidariedade. Os alimentos utilizados durante esta etapa foram obtidos em parceria com o Instituto Chão, que comercializa produtos da reforma agrária e agricultura familiar, permitindo a abordagem de questões relacionadas à alimentação saudável, ao aproveitamento integral dos alimentos e à produção alimentar no Brasil.

Além disso, o processo educativo permitiu trabalhar o sistema de produção, consumo e comercialização de alimentos, contrapondo a indústria alimentar do agronegócio com a agricultura alimentar e agroecológica como alternativas possíveis e necessárias para a construção da soberania alimentar no Brasil.

Em 2024, a experiência continua, por meio da construção de cozinhas populares e da organização de Comitês Populares voltados para a mobilização comunitária em torno da alimentação. Já se iniciou quatro novas turmas de agentes populares de alimentação em novos territórios: Parque Savoy, Belenzinho e Jardim Pantanal em São Paulo, além da expansão para uma nova cidade, Campina do Monte Alegre, interior do estado de São Paulo. Para o desenvolvimento dessas atividades, as cozinhas dos territórios trabalhados em 2023 foram cadastradas no Programa de Cozinhas Solidárias do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Além disso, as novas turmas de agentes populares foram inscritas no Edital de

AgPopSus do Ministério da Saúde, lançado com o objetivo de selecionar movimentos sociais populares para fortalecer o protagonismo comunitário na articulação de saberes e práticas de educação popular em saúde nos territórios.

Como parte da concepção político-pedagógica do projeto, é essencial diferenciá-lo das ações assistencialistas de combate à fome promovidas por organizações religiosas e filantrópicas, que frequentemente apostam em uma solidariedade passiva, posicionando o sujeito social como um receptor ou beneficiário passivo dessas iniciativas. Nesse sentido, a proposta político-pedagógica dos agentes populares de alimentação constitui uma tecnologia social que visa promover a autonomia e fortalecer a organização popular nas comunidades. Esse enfoque compreende a fome como um resultado das contradições do modo de produção capitalista e do sistema agroalimentar industrial, bem como da ausência de políticas públicas eficazes para combatê-la.

Considerações Finais

Em linhas gerais, procuramos, mediante ao acúmulo teórico e prático, apresentar uma breve síntese da pesquisa ainda em curso sobre os impactos das pressões e experiências recentes dos movimentos populares brasileiros na elaboração e execução das políticas sociais de segurança alimentar. Decerto, a resistência, mediante aos trabalhos sócio-comunitários durante a pandemia e as denúncias políticas, impuseram o tema da fome como um dos principais durante as eleições presidenciais de 2022.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para o seu terceiro mandato impôs uma derrota parcial às forças conservadoras-reacionárias e seu núcleo neofascista. A reconstrução do PAA e do SISAN são exemplos dessa retomada democrática, contudo a ampla composição do governo, a maioria conservadora no congresso e a “independência” do Banco Central repercutem em uma política econômica que não rompe e, em alguns casos aprofunda, os preceitos ultraliberais que asseguram o atual padrão de acumulação predominantemente financeiro.

Essa característica econômica e política impõe uma contradição na relação do atual governo com os movimentos populares. Há diálogo, reconhecimento e até institucionalização de experiências populares, contudo com parâmetros orçamentários extremamente baixos e longe de recompor as perdas acumuladas desde 2016.

O programa das “cozinhas populares” é um exemplo. Foi aprovado e sancionado em 2023, contudo seu orçamento em 2024, delimitado pelo governo federal e congresso, foi de apenas 70 milhões de reais. Ademais, predomina-se apenas formas de financiamento por meio de transferências monetárias aos indivíduos, limitando o financiamento de meios de produção e acesso ao crédito. No “abril vermelho de 2024”, jornada nacional de lutas do MST, uma das principais críticas do movimento foi a burocratização e o baixo orçamento do PAA⁴.

Desse modo, as experiências analisadas reforçam a necessidade do poder popular, como uma ideia-força, que aglutina as lutas populares, institucionais e perspectivas de superação da atual ordem. No plano da luta contra a fome, essas dimensões incluem a intervenção institucional por meio do fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a disputa pelo orçamento destinado a políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e camponesa, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Cozinhas Solidárias, a ocupação dos conselhos de segurança alimentar e nutricional.

4

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/06/com-pouco-orcamento-e-acesso-a-credito-governo-nao-cumpre-o-que-prometeu-para-reforma-agraria>

Cabe sublinhar também que existem outras experiências não analisadas neste artigo, as quais merecem mais atenção, como a atualização dos planos de segurança alimentar e nutricional e o fortalecimento de iniciativas como o Sacolão Popular, que funciona como um mecanismo de abastecimento e distribuição de alimentos oriundos da agricultura familiar.

Em nossa análise, essas experiências, assim como a dos Agentes Populares de Alimentação, se relacionam com a luta por uma reforma agrária popular, a soberania alimentar e a autodeterminação, entendida como a capacidade de escolher o que plantar, como plantar, e de que forma distribuir e consumir essa alimentação. Desse modo, no plano teórico, a chave explicativa da relação entre fome, “questão social” e capitalismo se torna central para nos diferenciarmos de abordagens liberais, sociais liberais e neoconservadoras sobre tal fenômeno.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo Público, Valor e Política Social. Cortez Editora, São Paulo, 2021.

CASTRO, Josué. Fome como força social: fome e paz. In: FERNANDES, Bernardo Mançano e GONÇALVES, Carlos Walter Porto (Orgs.) Josué de Castro vida e obra. São Paulo: Expressão popular, 2ª ed. 2007.

ESCOLA NACIONAL PAULO FREIRE, Curso Agentes Populares de Alimentação Projeto Político Pedagógico, São Paulo, 2024 (revisado).

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007

MOTA, Ana Elizabete (Org.). Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: Temporalis. Ano 2, n. 3 (jan./jul. 2001), Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

PINTO, Eduardo Costa. “Financeirização e desintegração vertical da Petrobras: quem ganha com isso”. In: LEÃO, Rodrigo; NOZAKI, William (Orgs.). Geopolítica, Estratégia e Petróleo: Transformações internacionais e nacionais. Rio de Janeiro: INEEP/FLACSO, 2019.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. Vigisan: inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. Rio de Janeiro: REDE PENSSAN, 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso: 29 de maio de 2024.

SILVA, Robson Roberto “Questão social”, fome e (in)segurança alimentar e nutricional no Brasil neoliberal. In: Argumentum, Vitória, v. 15, n. 1, p. 286-306, jan./abr. 2023.

TEIXEIRA, L. S. C. A fome na reprodução do capital: uma análise do alimento-mercadoria. In: R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 3, set.-dez. 2022.